

TERRITÓRIOS DE MAIORIA AFRODESCENDENTE: SEGREGAÇÃO URBANA, CULTURA E PRODUÇÃO DA POBREZA DA POPULAÇÃO NEGRA NAS CIDADES BRASILEIRAS

Henrique Cunha Jr.¹
Maria Estela Rocha Ramos²

RESUMO

A situação social econômica e cultural da população afrodescendente tem sido tratada como um denominador comum da pobreza das áreas periféricas das cidades brasileiras. No entanto, entendemos que trata-se de um problema de caráter específico e que merece considerações sociais, históricas e urbanas específicas. As relações sociais contidas na rede de relações envolvendo a população afrodescendente e eurodescendente brasileira fazem parte de um capítulo da história brasileira inserido na dominação ocidental e na produção do racismo brasileiro. Racismo definido no campo das relações históricas como um sistema de dominação e de desqualificação social da população afrodescendente e não o racismo definido como sistema de ódio entre as raças. Diríamos como um racismo sem raça e de representações sociais de dominação com processos de desqualificações que são multifocais, abrangendo a cultura, a população, o espaço urbano e todas as relações institucionais e sociais desta população.

Focalizamos as relações de produção da pobreza da população afrodescendente partindo da história do pós-abolição, da produção social da desqualificação para o trabalho capitalista e da constituição de espaços urbanos dependentes de políticas públicas de segregação espacial.

Não estamos interessados apenas na produção da pobreza isolada do protagonismo social e das lutas e conquistas destas populações. Trabalhamos a partir da realidade vivida por esta população, com enfoque histórico, das constatações da ocupação de espaços urbanos e das transformações das cidades brasileiras, principalmente em Salvador e Recife. Neste sentido procuramos compreender a produção da cultura como a força das identidades e dos sentidos que esta cultura tem nas relações sociais da sociedade local e nacional.

Tratamos o enfoque teórico com base na afrodescendência e na produção de territórios de maioria afrodescendente, tendo como base a dinâmica da produção do espaço urbano e da história sociológica.

Palavras-chave: *afrodescendência, cultura negra, pobreza urbana, territórios afrodescendentes*

1 Professor Titular da Universidade Federal do Ceará / Instituto de Pesquisa da Afrodescendência (IPAD Brasil)
2 Arquiteta e Mestre em Urbanismo / Instituto de Pesquisa da Afrodescendência (IPAD Brasil)

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira apresenta desigualdades sociais profundas, inseridas num processo histórico brasileiro de exclusão social que inicia desde o período escravista, com a própria escravidão que durou quase quatro séculos, e que permanece nos dias atuais. As imposições de pobreza, no entanto, não se reduzem apenas à concentrações de renda. A questão passa pela dominação geopolítica e histórica entre europeus e não-europeus, isto é, são reveladas pelas relações entre brancos e negros. Dado um racismo sem raça e de representações sociais de dominação que ocorre no Brasil, este é facilmente detectável nas formas como ocorrem as relações de produção entre as regiões que compõem o Sul e as regiões que compõem o Norte do país. Dos investimentos federais referentes à implantação da República, destacamos os planejamentos das cidades, entendendo o espaço urbano um eficiente suporte físico que reflete as relações de negociações, acordos e conflitos, poder e dominação, dado por um urbano que apresenta um caráter geopolítico de micro e macro estruturas, etnicamente determinadas.

Assim, à medida que o país passava do estado imperial ao estado republicano, o Brasil assume um projeto de nação que renega a população negra, aplicando diversas frentes de atuação contrárias aos interesses desta população. Sucintamente, destacamos alguns destes fatores: no plano ideológico, colaboraram neste processo as representações sociais associadas às teorias raciais “científicas” que projetaram a construção de uma consciência nacional de inferioridade dos negros e de superioridade dos brancos. Temos, ainda, os ideais do pensamento pautado no positivismo, liberalismo e universalismo, partindo dos princípios civilizatórios eurocêntricos.

Na prática, este pensamento culminou na expulsão das populações negras dos centros urbanos através das remodelações urbanas modernizadoras que buscavam uma imagem metropolitana de uma urbanidade refinada à moda européia. Estas transformações radicais nos centros urbanos foram justificadas pelas práticas eugênicas chamadas de higienistas, relegando a população negra, habitante dos cortiços e casas de cômodo das áreas centrais às áreas mais distantes dos centros urbanos e/ou a áreas desprovidas de infra-estrutura e equipamentos públicos (RAMOS, 2007).

Ao se pensar em mediações contra a pobreza, entendemos que um dos quesitos das desigualdades sociais que incidem no Brasil, principalmente sobre a população negra, parte do espaço urbano, não só pela oferta desigual de serviços públicos que incidem sobre os territórios ocupados pelas populações negras (principalmente infra-estrutura urbana), mas também pela forma como o espaço urbano é pensado ideologicamente, projetado e construído, afastado das formas culturais de apropriação e produção do espaço urbano por estas populações.

Estes territórios “negros”, ocupados majoritariamente por população negra ou que são norteados pela dinâmica sócio-cultural desta população, são conceitualmente denominados de territórios de maioria afrodescendente, revelando-se no espaço geográfico como base dos processos de construção das identidades e das relações históricas e sociais das populações negras (CUNHA JR., 2001; 2007).

É pertinente informar que há uma estimativa de que 70% da população negra residam em áreas “informais” como as favelas, ocupações ou invasões (PAIXÃO, 2003) e em moradias autoconstruídas, imprimindo aí suas inscrições históricas e sócio-culturais na organização destes territórios, uma vez que estes territórios afrodescendentes são fundamentados pela “lógica da necessidade” e pela lógica cultural.

Esta lógica peculiar, embasada pelos princípios filosóficos e civilizatórios de matriz africana, aparece na utilização dos interstícios urbanos das cidades (espaços resultantes das segregações urbanas). Estes princípios projetados nos territórios afrodescendentes configuram diversas formas de organização espacial, tanto nos seus espaços internos das moradias, quanto nos espaços externos, constituindo espaços coletivos semi-públicos (espaços construídos coletivamente) possibilitados por negociações acordadas entre os moradores, vizinhos e familiares.

Neste ínterim, explicitamos algumas instituições e relações sociais e culturais que se estabelecem nestes espaços semi-públicos das vilas, avenidas, passagens e becos, cantos e esquinas destes territórios: famílias matriarcais, relações de compadrio, respeito pela experiência dos mais velhos, a existência e a relação com o plano metafísico, a valorização da coletividade, a vinculação com o território, entre outras, legitimando efetivamente a formação de identidades.

Entendemos esta força das identidades como produção da cultura que se revela pelo protagonismo social e das lutas e conquistas das populações negras, evidenciadas por estas formas de sociabilidade de compartilhar o território nas suas formas de produção e apropriação do espaço urbano pela população negra, criando verdadeiras cidades que foram surgindo paralelamente ao tecido urbano oficial, dando início aos territórios de maioria afrodescendente.

No entanto, estas formas peculiares são processadas pelo Estado e por grupos sociais das elites econômicas e de poder como uma desqualificação social, que foge ao planejamento hegemônico das cidades.

Nas cidades brasileiras, a tônica espacial dominante prima pelo individualismo e determina padrões de ocupação, de uso e de comportamentos que passam por uma estética e imagem eurocêntricas e trata o espaço urbano a partir de referências tecnicistas e formais, excluindo possibilidades de modos de vida particulares, empurrando estas populações para estágios de exclusão social.

Esta exclusão que impede ou dificulta o acesso às infra-estruturas urbanas e às condições de melhoria de vida, também não reconhece as possibilidades do espaço urbano atuar como instâncias educativas que se tornam referências positivas na formação cotidiana dos indivíduos, complementando a educação informal ao longo da vida, em que a maior parte desta aprendizagem ocorre de forma casual e coletiva, permeada das referências históricas e sócio-culturais locais. O espaço, além de suporte físico das vivências, é vivido afetivamente, carregado simbolicamente de significados:

O processo formador do indivíduo está situado na consciência de si, do seu entorno, da sua localidade (CUNHA Jr., 2001)

Além da desqualificação social propiciada pelas condições do espaço urbano como fator importante da produção das desigualdades submetidas aos afrodescendentes, há também a desqualificação social dada pela falta de qualificação profissional. Temos atualmente discursos conectando a pobreza urbana e a falta de emprego, estando estes concentrados em torno da qualificação profissional. Temos que, no início do século passado, para as necessidades técnicas e profissionais da época, a população afrodescendente detinha todas as qualificações profissionais de um país que entrava em processos de industrialização. Entretanto, ocorre que a base técnica e tecnológica da sociedade foi se modificando e, possivelmente, a população afrodescendente não pôde acompanhar a mudança em relação à qualificação necessária das profissões. Neste sentido, seria importante analisarmos o

porquê deste descompasso técnico e tecnológico. A distribuição espacial das possibilidades de formação profissional nas cidades do país ao longo do século passado é um ponto de reflexão para pensarmos tal desajuste (CUNHA JR., 2007).

DE ONDE FALAMOS

Partindo das experiências das populações negras demarcadas pelas memórias e vivências da vida cotidianas e práticas culturais coletivas dos territórios afrodescendentes. Assim, trazemos uma proposta de rupturas conceituais, históricas e políticas nas abordagens sobre o espaço urbano e das áreas de maioria afrodescendente. Falamos no âmbito da cultura, de uma perspectiva particular dos lugares de descendentes de africanos. Falamos dos lugares marcados pelas heranças africanas e não de um outro lugar qualquer, genérico e inespecífico. Falamos dos lugares que moramos e das experiências sociais que nos cercam.

Inserindo um enfoque conceitual que traz nova perspectivas: a *forma* de como falamos e o lugar de *onde* falamos, utilizamos o conceito da Afrodescendência que tem por base a história e os processos de formação de identidade afrodescendente. As populações resultantes de imigrações forçadas devido ao sistema de produção do escravismo criminoso têm uma história em comum no Brasil. São originárias de um território de formação histórica e cultural comum que é o continente africano, a história e a cultura africanas. Esta população estabelece novas relações sociais e sofre as transformações condicionadas, de certa maneira, pelo sistema escravista e depois pelo capitalismo racista. Nestes processos sociais produzem novas identidades que resultam de uma origem comum e de uma história de contornos comuns. Afrodescendência é um conceito de base étnica dado pela história sociológica dessas populações. Os contornos desta identidade afrodescendente são de natureza política e cultural. Este conceito visa substituir o conceito de raça biológica ou social dado às dificuldades que os conceitos relativos à raça têm produzido para a humanidade. Os racismos são produtos do uso do conceito de raça. É estrutural ao racismo a manutenção do conceito de raça como demarcador das diferenças entre os seres humanos. Devido aos prejuízos sociais constantes causados pelo uso do conceito de raça e ao fato de este estar sempre referido à cor da pele ou por outros demarcadores biológicos, que elimina ou relativiza a importância da história, é que não mais utilizamos o conceito de raça sócia, como construção teórica de natureza histórica, é que utilizamos o conceito de Afrodescendência (CUNHA Jr., 2001).

Deste modo, podemos expor a *resistência* política e o *protagonismo* social e histórico das populações negras. Detectamos que a pobreza material se mostra característica, dados pelas desigualdades sociais impostas a estes territórios. No entanto, a riqueza das histórias de vidas que encontramos entre os moradores não provém da relação com esta pobreza e sim com valores éticos e morais provenientes dos princípios civilizatórios africanos. A saga histórica de grupos negros está nas realizações sociais, sobre uma base cultural delineada por desejos individuais e coletivos, dada pela história, pela cultura, pela proximidade e pelo pertencimento a um lugar.

TERRITÓRIOS DE MAIORIA AFRODESCENDENTE

Conceitualmente definimos territórios de maioria afrodescendente como aqueles espaços urbanos habitados pela parcela maior de população afrodescendente que se conformam histórica e

socialmente a partir do processo da política de dominação e do desenvolvimento das culturas de base africanas (CUNHA JR., 2001).

Seguimos os nossos estudos destes territórios por um método de embasamento histórico-sociológico, analisando as pessoas, os grupos, as famílias, a cultura, as memórias, enfim, as vivências da vida real e não da vida idealizada, estilizada. Nos territórios afrodescendentes, os espaços urbanos não constituem espaços aleatórios, indiferente ou abstratos. São territórios urbanos produzidos socialmente, estando presentes através das histórias e memórias coletivas e vinculados a uma realidade concreta vivida cotidianamente, onde se é possível identificar o caráter simbólico dos espaços impregnados de afetos, sensações e lembranças.

As afrodescendências estão presentes nas memórias urbanas refletidas em nosso imaginário social, alimentadas pelas manifestações afrodescendentes presentes no cotidiano das nossas cidades, compondo suas próprias estéticas.

Trazendo algumas formas das expressões urbanas das manifestações culturais que ocorrem em territórios afrodescendentes, facilmente encontradas em cidades como Salvador e Recife, temos as danças como o maracatu, a congada, o reisado, as festas e cortejos religiosos, práticas da arte dos despachos, as feiras e mercados informais, os serviços ambulantes como as profissões de rua como os sapateiros, os barbeiros e trançadeiras, artistas e artesãos, as lavagens de largo, definidos por comportamentos particulares no espaço público, entre outras, constituindo um conjunto de repertórios culturais que se processam nos territórios afrodescendentes (Figuras 01, 02 e 03).



Fig. 01 - Cortejo da Vila Operária na Liberdade, onde as mães-de-santo se preparam para lavar a vila com água de cheiro, enquanto cantam.



Fig. 02 e 03 - Imagens dos moradores no Cortejo da Vila Operária na Liberdade, em Salvador
Fonte: Fotos dos autores

Estas manifestações afrodescendentes produzem sujeitos de uma história social, em que o indivíduo é responsável pela sua atuação, na realização de si e da coletividade, mantendo interatividade e vínculo a estes territórios (RAMOS, 2007b). Além das manifestações culturais esporádicas que propiciam vivenciar e de visões de mundo particulares, há as dimensões das rotinas cotidianas (Figuras



Fig. 04 - Baiana de acarajé



Fig. 05 - Trançadeiras



Fig. 06 - Ebó

Fonte: Internet



Fig. 07 e 08 - Moradores utilizando as calçadas de forma lúdica

Nesta valorização das afrodescendências e de suas memórias no espaço urbano através das evidências das vivências como forma de realização urbana dos afrodescendentes, em suas práticas e nos territórios urbanos produzidos por suas populações, pode-se pensar e propor cidades mais tangíveis às realizações urbanas concernentes aos diversos grupos sociais negros como forma de combate às desigualdades sociais e à pobreza, incorporando estes *modus vivendi* nas políticas públicas que atuam sobre o espaço urbano, ao reverso das históricas políticas públicas de desafricanização dos espaços urbanos brasileiros.

PARA CONCLUIR

A desqualificação social da população negra ocorre por diferentes nuances. Uma delas está contida nas políticas públicas nos territórios de maioria afrodescendente, onde são impostas condições da precarização da vida coletiva. É ainda como reflexo do estigma da escravidão e de um racismo corporativo que o poder público tem tomado a postura de abandono aos bairros negros.

Em busca de fazer uma leitura de cidade que não considere somente as referências de análise eurocêntricas (eixo greco-romano/europeu), mas um estudo do urbano que parte dos princípios sociais africanos, entendidos aqui como reveladores da cultura afrodescendente desenvolvida em seu processo histórico brasileiro, encontramos formas de apropriação do espaço particulares que são reveladas pelas memórias, experiências e vivências urbanas afrodescendentes.

Estes espaços não configuram um lugar qualquer, genérico e inespecífico. Demarcam especificidades culturais e históricas que são orientados por princípios sociais africanos regendo os territórios afrodescendentes, promovendo sobre o espaço o senso de coletividade, conformando territórios de sociabilidade cotidiana construídos coletivamente através de práticas sociais que permanecem ou se renovam entre os afrodescendentes, sendo elementos fundamentais para a realização da população negra.

Para nosso entendimento, trazer a afrodescendência, enquanto conceito e método, torna-se complementar (e fundamental) para se compreender as cidades brasileiras. No entanto, o urbanismo tem em suas proposições, na sua forma hegemônica, inibir tais presenças e promover um apagamento desta memória urbana, ou confrontá-la como folclorização.

Apesar destes fatores históricos, compreendemos um protagonismo histórico e cultural dos afrodescendentes que se revela através de formas de apropriação e produção de partes da cidade,

expressando formas peculiares de resistência ao controle da cultura dominante.

A produção do espaço urbano formal está fundada em propostas formuladas que visam mudar ou desvalorizar estas apropriações e experiências do urbano, deprimindo vivências que fogem a um modelo-padrão dominante de comportamentos, de sociabilidades e de relações espaciais.

Temos a proposta de integrar estas práticas sociais, apropriação e produção do urbano pela população negra, como valores de um conhecimento social, aos valores do conhecimento formal (acadêmico, científico ou institucional) e incorporar este conhecimento social acumulado à produção do espaço urbano.

Entendemos que a realização das especificidades culturais no espaço urbano é essencial para a produção de identidades e para a auto-afirmação dos grupos sociais, assumindo o sentido de qualificação social para o enfrentamento dos processos de subordinação e subalternização, em busca de emancipação sócio-econômica, sobretudo para os afrodescendentes.

REFERÊNCIAS

CUNHA JR., Henrique. *Africanidades, Afrodescendência e Educação*. Revista Educação em Debate, Ano 23, V. 2 - Nº. 42, Fortaleza: FAGED/UFC, 2001. p. 05-15.

Afrodescendência e Espaço Urbano. In: CUNHA Jr., H.; RAMOS, M. E. R. (orgs.). Espaço Urbano e Afrodescendência. Fortaleza: UFC Edições, 2007.

PAIXÃO, Marcelo. *Desenvolvimento Humano e Relações Raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RAMOS, Maria Estela Rocha. *Origens da segregação espacial da população afrodescendente em cidades brasileiras*. In: CUNHA Jr., H.; RAMOS, M. E. R. (orgs.). Espaço Urbano e Afrodescendência. Fortaleza: UFC Edições, 2007. (a)

Território Afrodescendente: Leitura de cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Salvador: PP-GAU/UFBA, 2007. (b)